

Território, economia e política: Gramsci vai ao sul catarinense

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

Resumo

Processos de declínio econômico seguidos de ações para reconfigurar estruturas produtivas tornam-se crises regionais quando os grupos afetados – sobretudo os trabalhadores – reagem e lutam em defesa de suas condições de trabalho e vida. Em várias experiências, isso envolve alianças ou articulações interclasses que se mostrariam improváveis ou impossíveis em outras circunstâncias. Considerações de Gramsci sobre hegemonia e bloco histórico, operacionalizadas em análise sobre o sul da Itália, são úteis à reflexão sobre tais situações. A elaboração deste estudo inspirou-se em literatura sobre crises regionais e lançou mão dessas ideias de Gramsci. Seu foco é o sul carbonífero de Santa Catarina, destaque histórico na produção desse minério no Brasil e caixa de ressonância do drástico recuo de tal atividade entre os anos 1980 e 1990: uma grave crise tomou forma na região. Episódios locais na esteira da crise exibiram aspectos que fazem pensar em hegemonia e bloco histórico nos termos de Gramsci, sendo observadas manifestações tanto de antagonismo de classe (mineradores versus mineiros) como de convergência de interesses, em certas ações e embates.

Palavras-chave: Crise regional; Hegemonia; Bloco histórico; Sul carbonífero catarinense; Lutas

1 Introdução

A literatura sobre a dimensão espacial do desenvolvimento registra diversos estudos sobre processos de declínio econômico regional e seus reflexos. Crises regionais são desencadeadas ou impulsionadas nesses movimentos, em diferentes situações e circunstâncias. Não poucas vezes, as associadas adversidades provocam reações de agentes locais em meio a articulações que se mostrariam improváveis em outros momentos. Críticas às ações do Estado e reivindicações de abrangências diversas, com perfil de lutas de base territorial, são observadas em tais cenários.

Com alguma inspiração nessa literatura, este estudo se debruça sobre a região carbonífera de Santa Catarina. Seu escopo temporal básico são os anos 1980 e 1990, quando aquelas atividades de mineração sofreram drástica inflexão após longo crescimento. Interessam a contextualização dessa mudança e, sobretudo, as repercussões locais notadamente com respeito aos desdobramentos na forma de manifestações políticas e conflitos envolvendo os mineiros. Para interpretar aspectos importantes desses reflexos, recorre-se a algumas ideias do pensador italiano Antonio Gramsci, referência essencial na teorização política de matiz crítica do século XX.

O artigo tem quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A seguir fala-se do problema relativo às repercussões socioespaciais das mudanças econômicas, destacando as regiões com mineração. Depois considera-se a relação entre crises regionais e lutas sociais, explorando contribuições analíticas associadas às ideias de Gramsci sobre hegemonia e bloco histórico. Na sequência o foco é o setor carbonífero do sul de Santa Catarina, cuja trajetória expansiva deu lugar a *débâcle* cujo resultado foi uma crise na região. Na última parte antes das considerações finais, aborda-se o “território do carvão” com apoio naquelas ideias de Gramsci: diz-se que a força do carvão

transcendeu a esfera econômica e que um bloco histórico centrado no minério se constituiu ao longo do tempo, sob hegemonia dos mineradores; as relações entre estes e os mineiros foram de embates, em linha com o tradicional sentido da luta de classe, e também de aliança ou convergência de interesses em certas circunstâncias.

2 Mudanças econômicas e repercussões socioespaciais: um esboço sobre regiões mineiras

A trajetória do capitalismo apresenta recorrentes processos de reorganização ou reestruturação produtiva geradores de problemas regionais, com redução das possibilidades de reprodução social nos ambientes afetados. Abordagens sobre o assunto costumam falar em crises regionais, como em Carney, Hudson e Lewis (1980), sobressaindo os estudos sobre tradicionais e antigas regiões industriais que amargaram abandono de atividades e forte regressão econômica, como na Europa (entre outros, Häusermann e Krämer-Badoni, 1989, e Komninos, 1989) ou na América do Norte (por exemplo, Peet, 1987, e Webber, 1986). As análises incluem os efeitos psicossociais nas comunidades que perdem atividades básicas em seu emprego e renda (BLUESTONE; HARRISON, 1987).

Regiões de mineração, mormente na Europa e na América do Norte, têm importante lugar nessa literatura. Várias delas, com extração de matéria prima para produzir metais ou de recursos energéticos (carvão, notadamente), estiveram no topo da hierarquia industrial no percurso do capitalismo, figurando como “antigas regiões industriais”. Esse atributo tem forte relação com a presença de recursos energéticos, pelo aspecto estratégico incrustado, como ressaltado em narrativas sobre a trajetória do mundo moderno (entre outros, Braudel, 1995, e Maddison, 1982).

De fato, a dotação em recursos naturais, entre eles os minerais – destacando-se os energéticos –, subjaz a processos de expansão econômica em diferentes regiões e, mormente nos últimos séculos, afetou a geografia da acumulação (PERLOFF; WINGO JR., 1975). Efeitos multiplicadores, ligados às induções derivadas do aumento da renda e do emprego em mineração (evocando a dinâmica de causação circular acumulativa vislumbrada por Myrdal, 1968), são referidos na literatura sobre o crescimento econômico regional associado a tais recursos, em abordagens que incluem os problemas ligados à escassa ou inexistente irradiação local (SPOONER, 1981).

Especialmente na Europa, muitas regiões de mineração – sobretudo de carvão – registraram forte declínio durante a segunda metade do século XX. O assunto remete à reconstrução europeia após a II Guerra Mundial e à vigorosa expansão econômica então vivenciada (expansão “fordista”, cf. p. ex., Marglin e Schor, 1991), origem de grande demanda por energia. Nesse contexto, novos e volumosos investimentos foram realizados em carvão, mas, ao mesmo tempo, buscando diversificação, também em petróleo e gás, cuja crescente oferta internacional subtraiu competitividade ao primeiro recurso e afetou gravemente a sua economia. Sérios problemas regionais emergiram nesse processo, pois, “De áreas com [...] pleno emprego e pesado investimento em capital

fixo, as economias de muitas áreas carboníferas na Europa começaram a se desintegrar [...]” (CARNEY, 1980, p. 35, nossa tradução).

Uma dessas áreas foi o nordeste da Inglaterra, expoente do histórico dinamismo industrial britânico. Desde o século XIX, aquela economia regional escorou-se em carvão e aço, o comércio do minério com Londres desempenhando um importante papel (CARNEY *et al.*, 1975). Carney, Lewis e Hudson (1977) assinalam que a região abrigava densas relações entre várias atividades de uma mesma área carbonífera ou situadas em várias dessas áreas – relações designadas como *coal combines*. Processos nas escalas mundial e nacional, potencializados pela marcada orientação liberal da política doméstica britânica desde meados dos anos 1970, desaguararam em brutal encolhimento da mineração. O vinculado emprego praticamente desapareceu naquela região, sem contrapartida na forma de uma suficiente ou adequada geração de oportunidades pelos investimentos realizados em outras atividades a título de diversificação (HUDSON, 2000).

Vale também indicar, na Grã-Bretanha, o caso galês. No sul do País de Gales, carvão, ferro e aço estribaram a economia, mas as atividades locais desses setores “[...] foram todas construídas pelo capital inglês, e uma grande proporção dos lucros seguiu para fora [...]” (LOVERING, 1978, p. 61, nossa tradução). Assim, a criação de bases para uma economia mais diversificada e menos refém do escoamento de *commodities* minerais para a Inglaterra enfrentou dificuldades. O fechamento de minas a partir dos anos 1960 extinguiu milhares de empregos, disseminando problemas nos locais diretamente envolvidos e em outras áreas, devido aos encadeamentos (REES, 1980; ALDEN, 1977).

Na Europa continental, merece referência particular a Bélgica, país com duas grandes regiões de nítidos traços políticos e socioculturais próprios. Embalada por expansão industrial iniciada no século XIX na Valônia, a economia belga apresentou vitalidade até a I Guerra Mundial, para o que concorreu o seu colonialismo na África subsaariana. As relações entre os movimentos nacionalistas flamengo e valão foram crivadas por tensão política ligada, ao menos em parte, ao problema da opressão econômica – Flandres teria amargado tal condição, com fragilidade industrial e menor padrão de vida. Nos anos 1960, perante o vigor econômico da porção flamenga, a Valônia passou a ostentar uma forte e conseqüente consciência nacionalista (MANDEL, 1963).

Esse quadro merece referência no exame do teor desta seção para a Bélgica. A exuberância econômica do país até os anos 1950 deu lugar a adversidades ampliadas pela lentidão em incorporar novos setores, diversamente de outros países europeus. Isso fazia antever os riscos da manutenção de uma estrutura produtiva antiga e desatualizada. De fato, na Bélgica, desde então “A crise econômica começou a seguir um curso claro: uma após a outra, as indústrias mais velhas colapsaram quando, tendo perdido seus mercados no exterior, o próprio mercado interno mostrou-se ameaçado por uma competição externa crescentemente feroz.” (MANDEL, 1963, p. 19, nossa tradução).

O setor carbonífero da Valônia, um dos alicerces da pretérita ascensão econômica belga, não foi poupado: minas foram fechadas por decisão governamental, com dramático aumento do desemprego. Mas o histórico de embates de cunho nacionalista fez com que também Flandres fosse afetada. Concluindo sequência desdobrada nos anos 1980, a província de Limburgo viu as minas restantes serem desativadas em 1992, após décadas de intensa luta política e social (SWYNGEDOUW, 2000). Procurando mitigar os efeitos, o Estado central executou programa de reconversão social e econômica, até com recursos da União Europeia. Contudo, eram grandes as discrepâncias entre as exigências dos novos setores, promovidos nas ações de reestruturação e modernização, e as disponibilidades no mercado de trabalho (BAETEN; SWYNGEDOUW; ALBRECHTS, 1999).

Também chama a atenção o norte da França. Graças à presença de carvão e do instalado parque de indústrias pesadas, e também de um setor têxtil que se beneficiou dos recursos energéticos locais, o papel dessa região no desenvolvimento econômico francês foi muito destacado até os anos 1960. O quadro mudou desde meados da década seguinte. Sob a recessão ligada ao fim do crescimento econômico desde o II Pós-Guerra, e não obstante ações públicas que incluíram subsídios, as dificuldades para concorrer enfrentadas pelas “velhas indústrias” – carvão, siderurgia, metalurgia, têxtil – resultaram em contração produtiva que eliminou milhares de empregos (DAMETTE, 1980).

Foram intensos os efeitos na antiga bacia carbonífera da região. Diagnóstico que ganhou aceitação não poupou críticas à “exclusividade” setorial: “Se esse espaço conhece atualmente dificuldades consideráveis de desenvolvimento, o motivo é que sua economia baseou-se durante um século em um único pilar, que colapsou: a extração de carvão.” (BENKO; DEMAZIÈRE, 2000, p. 467, nossa tradução). Após os anos 1990, essa mineração praticamente desapareceu, prejudicando outras indústrias e serviços. Fechamentos de atividades e supressões de empregos tornaram-se processos cumulativos, fazendo multiplicarem-se os terrenos abandonados por atividades industriais.

O Estado central executou medidas de reconversão econômica para diversificar a economia e criar oportunidades de trabalho e renda na antiga bacia carbonífera. Mas os efeitos da derrocada da mineração foram só parcialmente contrabalançados, e o quadro de adversidades persistiu. Região de robusta e antiga tradição operária, com grande destaque da historicamente numerosa categoria dos mineiros, o norte francês – como outros espaços afetados por mudanças importantes – abrigou e viu evoluir aguda movimentação social em defesa das condições locais de trabalho e vida. Esse assunto remete à problemática das lutas regionais, objeto da próxima seção.

3 Crises regionais e lutas sociais: recorrendo a Gramsci

A degradação das condições socioeconômicas nas regiões afetadas por declínio produtivo ou reestruturação industrial traduz-se em questão regional quando movimentos e manifestações políticas

surgem ou se agudizam em consequência. O alvo, em regra, é o Estado central, o que faz lembrar a análise de Markusen (1981) sobre o regionalismo, em que se destaca a opressão efetiva ou entendida como tal por um grupo social em um território, com traços próprios e histórias compartilhadas.

O peso dessas lutas nas regiões não deve ser subestimado. Para Carney (1980, p. 41, nossa tradução), a própria ação pública é influenciada por elas: a atuação do Estado perante os efeitos das mudanças econômicas costuma ser reflexo do “[...] quanto as condições sociais e culturais em regiões deprimidas permitem a generalização de tendências de crise econômica, de modo a se tornarem [...] demandas sociais que podem até pôr em questão a legitimidade do Estado.” O empenho estatal se justifica: a “[...] produção de problemas regionais combinada a heranças sociais e culturais específicas fez surgirem [em várias situações] movimentos políticos regionalistas e nacionalistas, alguns dos quais ameaçaram perturbar a acumulação e a vida política convencional.” (Ibid.).

É frequente esses movimentos implicarem alianças entre grupos sociais distintos em seus interesses históricos, estilos e condições de vida. Examinando ocorrências na Europa Ocidental entre os anos 1970 e 1980, Hudson e Sadler (1986, p. 181, nossa tradução), registraram que a desativação de atividades motivou não poucas

[...] alianças de base territorial, constituídas para o objetivo específico de fazer oposição aos fechamentos, envolvendo um maior espectro de grupos sociais e interesses e atravessando limites de classe (estruturalmente definidas). Tais alianças podem ser construídas, por exemplo, porque capitais locais pequenos e vinculados, em atividades de varejo, e várias atividades privadas de serviços tomam consciência da ameaça à sua existência enquanto capitais nesses locais específicos, por conta do iminente e brusco declínio do poder de compra que acompanha a perda massiva de empregos. Uma vez formada a aliança, seu subsequente desenvolvimento ou dissolução torna-se parte integral das lutas competitivas para preservar fábricas particulares, na medida em que a defesa do lugar, de interesses comuns territorialmente definidos, transcende, ao menos por um tempo, relações de classe antagonistas (estruturalmente definidas).

É ilustrativo a respeito o enfrentamento na Lorena, no leste francês, em torno da siderurgia desde os anos 1970. A elite regional, expressando sentimento identitário (explicado pela história) e motivada pela percepção da ameaça que lhe representava o fechamento de fábricas, tomou a dianteira na reação. Para tanto, chegou a criar uma organização, destinada a promover a proteção da economia regional, entre cujas realizações figurou um substancial aumento da base social das lutas (HUDSON; SADLER, 1986). Na virada para os 1980, os trabalhadores tomaram a frente e agudas manifestações – greves, paralisações, trancamentos de vias – marcaram o cenário, que registrou também confrontos da polícia nas ruas (CARNEY, 1980).

Na Escócia, o colapso da mineração de carvão na década de 1960 e o insucesso dos programas de modernização econômica idealizados pelo Estado geraram pressões articuladas de empresários e trabalhadores. As respectivas pautas contemplavam a restauração da lucratividade e o atendimento das demandas sobre aumento do consumo e melhoria das condições de vida, em contexto de adversidades que resultaram em nova aliança de interesses em torno do Partido Nacional Escocês (CARNEY, 1980). Nos anos 1980, a ameaça de fechamento de siderúrgicas logo provocou intensa

campanha contrária, envolvendo trabalhadores do próprio setor e também de outros, solidariamente, em diversas regiões escocesas. A abrangência era ampla: permeada de sentimento nacionalista, “[...] e em vinculação com a [ideia de] Escócia como lugar de significados compartilhados e socialmente atribuídos por classes e outras divisões sociais [...], a campanha cresceu para envolver um espectro muito maior de interesses de classe e abranger uma ampla base social [...]” (HUDSON; SADLER, 1986, p. 182, nossa tradução).

Na Bélgica, o esforço governamental para financiar a modernização industrial no início dos anos 1960 incluiu medidas (cortes de gastos, pressões fiscais) vistas como prejudiciais aos trabalhadores. Em decorrência, o funcionalismo público deflagrou greve que logo se disseminou, envolvendo assalariados de diferentes setores – destacando-se o carbonífero –, o que denotou articulação no seio do mundo do trabalho. Instaurou-se marcante greve geral, crivada de violência – segundo Baeten, Swyngedouw e Albrechts (1999), mineiros foram baleados pela polícia –, embora com escassa repercussão em Flandres, até então pouco industrializada. Mandel (1963) observou que a resistência representou campanha dos integrantes mais conscientes da classe trabalhadora belga.

A abordagem de processos de sublevação com ações coletivas no plano regional, ostentando alianças que, ao menos temporariamente, cruzam limites de classe, pode ter na ideia de bloco (hegemônico) histórico regional um fértil instrumento. Essa ideia está na célebre análise de Gramsci (1987a) sobre o sul da Itália, elaborada – sem ter sido concluída – em 1926. Do que se trata?

O assunto emerge do aporte gramsciano à teoria política, em obra vasta e fragmentada. Sem esmiuçar o complexo pensamento do autor, cabe logo assinalar que Gramsci indica a “guerra de posição” (e não a de “movimento”) como forma de tomar o poder: a tática é ocupar espaços na sociedade civil, logrando consenso da maioria e conquista da liderança política e ideológica. Questão chave refere-se à hegemonia, que o autor discute considerando duas esferas superestruturais da sociedade: a da sociedade civil e a da sociedade política ou do Estado. Ambas “[...] correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’.” (GRAMSCI, 2001, p. 21). Hegemonia é mais do que dominação: supõe consenso social, a dominação e a direção (política, ideológica), ou as funções de dominação e hegemonia, mostrando-se articuladas.

A hegemonia decorre de embate de ideias e convencimento, processos em que cintilam os intelectuais, isto é, pessoas que exercem tais papéis, em categorias como professores, padres ou funcionários públicos – “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos [...] têm na sociedade a função de intelectuais [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Com efeito, “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção, cria para si, [...] organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função

[...]” (GRAMSCI, 2001, p. 15). Sua responsabilidade são as funções subalternas da hegemonia social ou do governo político, aquelas

- 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção;
- 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

Essa concepção de hegemonia permeia a ideia de bloco histórico regional. Nesta considera-se a presença, em um território, de estruturas produtivas nas quais se articulam diversas atividades, entendendo-se que isso propicia alianças entre as classes dominantes. As classes dominadas têm nesse bloco a base de perene dominação ideológica, ou seja, o meio pelo qual se manifesta a hegemonia (LIPIETZ, 1983). Tudo isso aparece na descrição de Gramsci (1987a, p. 154) sobre o sul da Itália:

A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e [...] os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. Os camponeses [...] estão em constante efervescência, mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam [...] todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão.

Na preservação desse bloco agrário meridional – um bloco histórico regional – destacavam-se os intelectuais, elo entre o camponês e o latifundiário. Seu papel era “[...] impedir que as rachaduras no bloco agrário se tornassem muito perigosas e provocassem um desmoronamento.” (GRAMSCI, 1987a, p. 160). Mas as relações envolvendo o sul da Itália eram mais amplas, pois o “[...] monstruoso bloco agrário [...] no seu conjunto funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos.” (Ibid., p. 158). Essa dimensão nacional fora evocada em informe sobre o III Congresso do Partido Comunista da Itália, realizado em janeiro de 1926 em Lyon: “[...] econômica e politicamente toda a zona meridional e das ilhas funciona como um imenso campo diante da Itália do Norte, que funciona como uma imensa cidade.” (GRAMSCI, 1987b, p. 131).

Mudar a situação do sul italiano implicaria substituir aquele bloco histórico por outro, com a construção de uma nova hegemonia. O escopo da ação teria que ser nacional, desempenhando o proletariado industrial do norte da Itália o papel de vetor da mudança. O motivo é que os camponeses do sul permaneciam “[...] enquadrados nos esquemas tradicionais da sociedade burguesa, nos quais os agrários, parte integrante do bloco agrário-capitalista, controlam as massas camponesas e as dirigem segundo os seus objetivos.” (GRAMSCI, 1987b, p. 131). Portanto, não se poderia prescindir de alianças para que uma nova hegemonia pudesse ser constituída.

Bloco histórico, hegemonia, alianças: noções que de alguma forma, com geometrias variáveis segundo as circunstâncias, têm lugar em análises dos reflexos regionais das mudanças econômicas, em particular quanto às reações em nível territorial perante as adversidades. Como assinalado, essas

mudanças reverberam localmente em forte redução do emprego e em contração das chances de reprodução social devido ao fechamento/abandono de atividades, com os efeitos encadeados.

Crises regionais se instalam quando os problemas assim criados provocam lutas. Pelo que sugere a observação, diferentes grupos sociais são congregados, especialmente quando as crises decorrem de mudanças promovidas pelo Estado, ligadas à reconversão de estruturas produtivas que perderam competitividade. Florescem e ganham ímpeto, nessas condições, alianças sob o signo de manifestações brandindo palavras de ordem em defesa da região e do direito de viver em condições adequadas. É como se “blocos históricos regionais” se manifestassem, articulando diferentes estratos convocados a cerrar fileiras em torno dos (pretensos) interesses do lugar ou da região.

Renaud Dulong, em *Les régions, l'État et la société locale*, um estudo baseado em pesquisa efetuada em diversas regiões francesas (DULONG, 1978), explora a perspectiva gramsciana para, entre outros, compreender os efeitos territoriais – destacando-se as lutas sociais – das mudanças do capitalismo naquele país, refletidas nas ações do Estado. Nessa pesquisa ressaltaram-se processos ocorridos no norte da França, reduto de mineração de carvão às voltas, desde meados dos anos 1960, com fechamentos que nutriram o declínio econômico e a regressão nas condições sociais. Como já indicado, a área foi objeto, em decorrência, de medidas de reconversão ou modernização.

Os trabalhadores manifestaram-se sobre a crise na bacia carbonífera na forma de lutas que se tornaram um aspecto central da (daquela) questão regional. Na defesa das condições locais de reprodução social, os embates fizeram avultar a própria ideia de “sociedade local”. Mas a reação das antigas elites – defrontadas com ações governamentais que, pela renovação das estruturas (novos setores e atividades), lhes afetariam a condição de principais “organizadores sociais na apropriação da região” – sugere que nessa experiência (e talvez em outras) a questão regional também refletia uma crise da própria hegemonia territorial. Daí, por parte daquela elite, “[...] a tentativa de criar sob a sua égide uma aliança de classe de base regional e, a partir disso, negociar com o Estado a manutenção da sua influência política.” (DULONG, 1978, p. 208, nossa tradução).

A análise gramsciana é útil porque frisa que o poder das camadas sociais dominantes não reside na coerção, na imposição pura e simples, e, sim, é reflexo da capacidade e competência desses grupos para protagonizar direção ou liderança em contexto de “aquiescência” das camadas dirigidas ou lideradas. Isso depende do quanto os interesses dos primeiros são apresentados – e aceitos desta forma – como convergentes com os dos segundos. Tal condição atende, como indicado, pelo nome de hegemonia, referência chave para a reflexão sobre a chamada questão regional em quaisquer latitudes: com efeito, “O pensamento de Gramsci permite pensar as variações do sistema de hegemonia no tempo e de região em região.” (LIPIETZ, 2014, p. 1). Uma recente ilustração de recurso a essa abordagem para explicar uma improvável articulação de interesses regionais disse respeito à

francesa Bretanha; o foco da convergência das ações foram certas decisões do Estado central daquele país sobre a taxaço dos transportes pesados (LIPIETZ, 2014).

De todo modo, não é automática a ascensão como fração hegemônica regional das novas camadas socioprofissionais médias (engenheiros, quadros administrativos e técnicos) engrossadas pelos processos de modernização e guindadas a papéis locais importantes. Lipietz (1978, [S.p.], nossa tradução) frisa que, nesses processos, tal caracterização só ocorre se tais agentes “[...] souberem se apresentar como representantes dos interesses do ‘povo-região’ [...], se souberem assumir, ao menos na aparência, a dimensão propriamente regionalista de aspirações autenticamente populares.” Ora, esses movimentos costumam enfrentar dificuldades. Por exemplo, nas velhas regiões alemãs afetadas por declínio econômico, e objeto de políticas de reestruturação e modernização (como em Bremen e Hamburgo), ocorreu crescente polarização entre grupos muito qualificados e bem pagos e, em atividades demandantes de escassa qualificação, grandes contingentes de baixos salários e amargando insegurança (HÄUSERMANN; KRÄMER-BADONI, 1989). Essa ilustração sugere serem consideráveis os obstáculos à constituição de novos blocos regionais.

Feitas essas considerações de contextualização e embasamento analítico, dirige-se o olhar para a região mineira objeto do estudo específico deste artigo: o sul carbonífero de Santa Catarina.

4 Sul catarinense: ascensão e declínio de um bastião do setor carbonífero brasileiro

Na geografia e na história econômica de Santa Catarina e do Brasil meridional, falar em sul catarinense significa referir, sobretudo, à economia do carvão. A presença local desse minério foi constatada no início do século XIX, embora a exploração tenha começado bem mais tarde. Problemas diversos (envolvendo recursos, infraestrutura, postura governamental, oscilação dos interesses e distância do Sudeste, reduto dos principais mercados), ombreados pela concorrência das importações (com maior qualidade e menor preço), conjugaram-se no prolongamento de um período de “primeiros passos” (SANTA CATARINA, 1980). De toda maneira, com a exploração, incentivos fiscais foram praticados pelo governo federal, devido às exigências, entre outros, da produção de gás e dos transportes marítimo e ferroviário.

Vários estudos apontam o contexto da I Guerra Mundial como estratégico no impulso ao setor carbonífero catarinense. Esses trabalhos – cf., p. ex., Goularti Filho (2002), Santos (1997) e Belolli, Quadros e Guidi (2002) – convergem sobre vários aspectos da trajetória nas décadas subsequentes.

Nessas narrativas, aquele conflito obstaculizou o abastecimento do Brasil no exterior, e isso redundou (após período com demonstrações de interesses e recuos) em investimentos em minas, lavadores de carvão e estruturas portuárias no estado – estas referindo-se ao Porto de Imbituba, distante cerca de 114 km de Criciúma, o “epicentro” da economia carbonífera e principal núcleo

urbano da Mesorregião Sul Catarinense, segundo Caracterização (2000)¹. Com o decisivo envolvimento de empresários do Rio de Janeiro, avançou-se em produção comercial e na efetiva conformação do que se chamou de indústria carbonífera. A extensão até Criciúma da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina (os trilhos a atingiram em 1919), ligando as áreas de mineração ao porto, permitiu transportar, embarcar e enviar o minério para os principais mercados, o que representou estímulo traduzido na criação de importantes empresas mineradoras. Porém, após a guerra, ocorreu arrefecimento do processo, pelo retorno da concorrência do carvão importado.

A conjuntura mudaria novamente na década seguinte. Vetor básico, de cunho não doméstico, foram os reflexos mundiais da Grande Depressão, afetando a demanda e a produção de carvão naquela escala. Outro fator teve a ver com a imposição governamental, aos demandantes desse minério no país, de uma cota de consumo do produto nacional na esteira dos desdobramentos da Revolução de 30 (em 1931, obrigatoriedade de 10% do total consumido; em 1940, de 20%). As repercussões para o carvão foram positivas, de modo que, sob aparato legal que tanto impunha condições como protegia, e objeto de atuação institucional própria (como o Conselho Nacional de Minas e Energia, instalado em 1940), suas atividades usufruíram de caminho menos pedregoso, ao menos em alguns períodos.

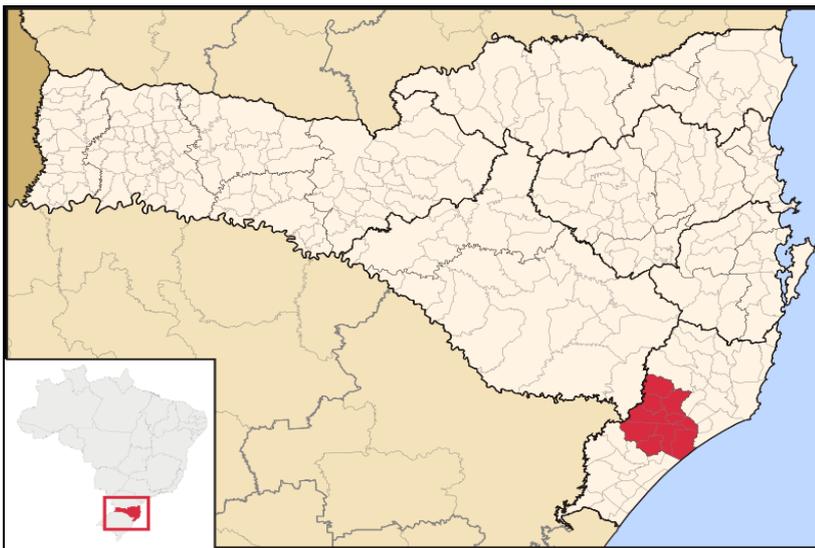
De fato, o percurso mostrar-se-ia bem pavimentado no contexto da II Guerra Mundial, pela repetição das dificuldades de abastecimento externo e pela presença de um mercado com razoável vitalidade no eixo Rio-São Paulo. As estruturas já instaladas em Santa Catarina favoreceriam o aproveitamento dessas condições pelo setor carbonífero estadual, mostrando particular importância a instalação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Fabricar aço implicava consumir carvão metalúrgico, um dos tipos do minério, ao lado do carvão energético ou vapor (historicamente usado em usinas de gás, navios e locomotivas). Ora, Santa Catarina, embora não possuísse as maiores reservas brasileiras de carvão, era o único estado a disponibilizar o minério metalúrgico, ou coqueificável. É sugestivo que a CSN tenha logo passado a contar com uma subsidiária no sul catarinense: a Carbonífera Próspera.

Tomou forma, assim, um verdadeiro complexo carboenergético na região sul de Santa Catarina. Em linhas gerais, está-se falando de mineração – cada vez mais protagonizada por grandes empresas – basicamente em municípios como Criciúma (que assistiu em 1989 à emancipação do distrito de Forquilha, tornado município), Siderópolis, Lauro Müller e Urussanga (que “perdeu” Cocal do Sul em 1991, transformado em município); de produção elétrica pela Sociedade Termelétrica do Capivari (SOTELCA), importante destino para o carvão energético, atualmente representado pelo Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; das atividades do Lavador de Capivari,

¹ Note-se que em 2017 o IBGE substituiu a regionalização mediante mesorregiões e microrregiões pela das regiões geográficas intermediárias e das regiões geográficas imediatas, respectivamente (cf. Divisão..., 2017). A composição não é necessariamente a mesma, mas há bastante coincidência.

implicado na separação entre as partes vapor e metalúrgica do carvão (então localizado em distrito do Município de Tubarão; hoje há o Município de Capivari de Baixo, criado em 1992); da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina; do Porto de Imbituba, onde o carvão era embarcado rumo ao Sudeste (cf., por exemplo, Goularti Filho, 2013). Observe-se que, quanto à atração de mão de obra, o arco de influência da mineração era bastante amplo: indivíduos ligados tanto à agropecuária praticada em diversos municípios, alguns distantes da área carbonífera, quanto à pesca no litoral sul do estado compuseram importante fração dos efetivos nas minas (GOULARTI FILHO, 2002). Vale reforçar que esse complexo tem escopo inter-regional, mas que as atividades de mineração ocorriam, como se dá até hoje, na Microrregião de Criciúma, destacada na Figura 1.

Figura 1: Microrregião de Criciúma, ambiente da mineração carbonífera em Santa Catarina



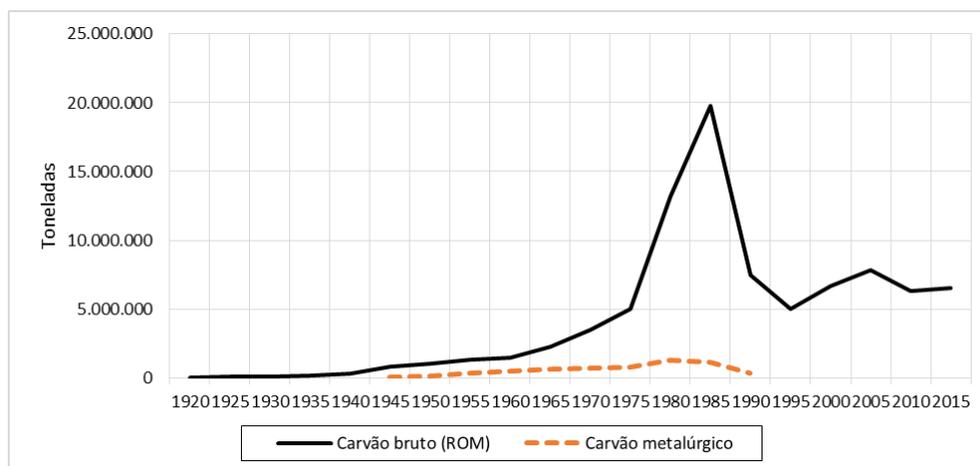
Fonte: Lista de mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina ([S.d.])

A participação do governo federal incidia em todos os processos desse complexo, desde a extração do minério; desdobrava-se, portanto, da produção ao transporte, passando pelo beneficiamento. Durante décadas, essa estrutura de práticas encadeadas vinhou a paisagem social e econômica do sul de Santa Catarina. Ações federais, envolvendo comissões voltadas às questões de energia elétrica, à busca de novos mercados para o carvão e ao uso de subprodutos, entre outros aspectos, repercutiram nas atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo. Essa atmosfera se adensou após o início do ciclo de governos militares, em 1964. Uma ilustração refere-se ao papel atribuído ao setor carbonífero no Plano de Operações do Projeto Litoral-Sul de Santa Catarina, elaborado pela (então) Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) no início dos anos 1970, em sintonia com o planejamento e a promoção do desenvolvimento praticados em nível estadual (PLANO, 1973).

O caráter de setor com avanços no contraciclo das possibilidades de abastecimento externo fez-se notar de novo nos anos 1970, a partir do primeiro choque do petróleo e, mais tarde, com o segundo choque (ligado à crise iraniana, em 1979). Perante o enorme encarecimento da fatura energética, fontes nacionais atraíram a atenção no Brasil, mirando-se o álcool para o lugar da gasolina e o carvão para o do óleo combustível utilizado na indústria. Subsídios importantes foram protagonizados, assim como estímulos à maior mecanização da lavra, e surgiram incentivos à substituição do óleo em combustores e gaseificadores, o conjunto representando aumento e diversificação do mercado do carvão. Também encorajadoras foram a ampliação da capacidade de geração termelétrica já instalada e a criação de novas unidades de geração dessa energia.

Isso reverberou em forte aumento da produção carbonífera entre meados dos anos 1970 e 1980. Na base figurou a maior mecanização dos processos já existentes, e sobretudo o fato de que as novas minas exibiam capacidades de extração muito maiores. Segundo Goethe (1989), não foram pequenos os reflexos ambientais, devido ao aumento dos rejeitos e da poluição; o mesmo deve ser dito sobre a saúde dos trabalhadores envolvidos, pelo que essa atividade costuma representar para doenças pulmonares (ECKERT, 1988). A Figura 2, que informa sobre a produção catarinense de carvão desde o início do século XX, permite observar a intensificação no período assinalado. O gráfico da figura exhibe as trajetórias do carvão bruto (*Run of Mine – ROM*) e do carvão metalúrgico, esta iniciada nos anos 1940, após a instalação da CSN.

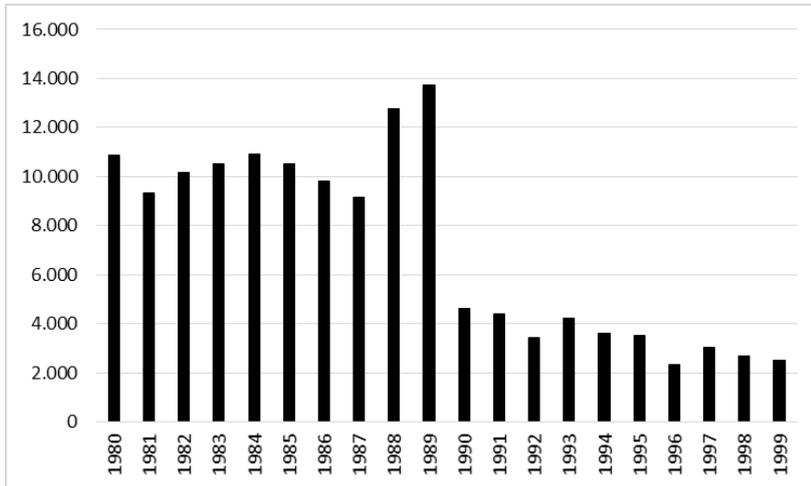
Figura 2: Produção de carvão mineral em Santa Catarina



Fontes: Período 1920-1975: GOULARTI FILHO (2002), p.436; Período 1980-2000: Sindicato (2001?). Período 2005-2010: Sindicato (2012?). Ano 2015: Sindicato (2019?)

Essa trajetória expansiva transparece igualmente no plano do emprego. Referindo-se a período iniciado em 1980 e cobrindo dois decênios, a Figura 3 mostra patamar de efetivos que oscilou em torno de dez mil durante quase toda aquela década. Ao final dos anos 1980, segundo os dados utilizados, quase 14 mil encontravam-se engajados.

Figura 3: Emprego no setor carbonífero de Santa Catarina (1980-2000)



Fontes: elaborado pelo autor com base em dados apresentados em Santos (2005).

Todavia, as figuras 2 e 3 também informam que no final dos anos 1980 aconteceu irrecusável inflexão no comportamento tanto da produção como do emprego. Na primeira, as 19,8 milhões de toneladas de carvão bruto extraídas em 1985 deram lugar aos 7,5 milhões contabilizados em 1990, uma retração de 62% em poucos anos. No mesmo período, o carvão metalúrgico passou de 1,1 milhão de toneladas para 348 mil, em recuo de 68%. O emprego, de sua parte, foi dividido por três entre 1989 e 1990, caindo de 13,7 mil para 4,6 mil.

Desde então, a extração oscilou em torno de 6 milhões de toneladas de carvão bruto por ano, e os números para carvão metalúrgico indicam término da produção. Toda a demanda pelo segundo passou a ser atendida por importações, com minério de teor de cinzas e poder calórico representativos de maior qualidade. Na esfera do emprego, os dados oscilaram, nos anos 1990, no intervalo de 2,5 mil a pouco mais de 4 mil, em trajetória declinante. Numa palavra, o setor carbonífero catarinense exibiu situação, no final dos anos 1980, para a qual a palavra crise estava longe de se mostrar descabida.

Os processos subjacentes à constituição desse quadro operavam bem antes dos registros indicativos de mudança. Teve grande importância a supressão gradual e sistemática dos subsídios, determinada pela Comissão Nacional de Energia. Em 1983, retiraram-se todos os que afetavam o preço de venda ao consumidor; o auxílio ao transporte foi mantido, mas sofreu redução paulatina desde meados daquele ano, tornando o frete crescentemente bancado pelo comprador do carvão. Também mostrou influência a recessão da economia brasileira no período 1981-1983, pelos reflexos no consumo. Mais próximo do momento da drástica inflexão, o governo federal retirou os subsídios remanescentes, ligados aos fretes, e fez o mesmo com a obrigatoriedade das cotas de produção. Estava criado o ambiente para a completa derrocada, no qual também se registrou, por exemplo, a marcada redução nas compras de carvão energético pelo setor cimenteiro em 1989 e 1990 (SANTOS, 1997).

O início do governo Collor selou a inflexão. A Portaria 801, de 17/09/1990, desregulamentou o mercado ao impor o término da obrigatoriedade de consumir carvão nacional (BRASIL, 1990). Também se determinou a liberação dos preços do carvão metalúrgico e energético, a extinção dos sistemas de cotas de produção, a livre importação do minério estrangeiro (favorecida com alíquota zero) e a retirada da CSN das atividades carboníferas, fato que tornou o consumo da empresa totalmente atendido por importações. A produção de carvão energético usado em termelétricidade foi menos afetada, pois o mercado era cativo, mas o uso por cimenteiras e outras atividades sofreu sensível retração com o fim dos subsídios.

Cabe assinalar, com base em Volpato (2001) que o setor não avançara efetivamente em modernização tecnológica desde o período de estímulos governamentais ensejados pelo aumento no preço do petróleo. O contrário talvez permitisse um consequente confronto da concorrência internacional a partir da desregulamentação. Talvez por razões de custo ou, entre outros fatores, devido à percepção das mineradoras de que – conforme sugere a história do carvão – o setor consegue mercado somente quando as dificuldades de abastecimento energético no exterior geram possibilidades domésticas, os encorajamentos não teriam se traduzido, verdadeiramente, em maior sofisticação das estruturas produtivas. Seja como for, não parece equivocado considerar ter sido decisivo o papel do governo federal na deflagração da crise. De fato, em poucos anos a retirada dos subsídios expôs a um elevado nível de concorrência atividades até então protegidas institucionalmente. A dependência do setor em relação às ações governamentais, mantida por anos, revelou-se devastadora quando as regras do jogo se alteraram.

Toda a região carbonífera acusou repercussões dramáticas. O fim da produção de carvão metalúrgico representou a desativação do Lavador de Capivari, extinguindo numerosos empregos. Somado aos efeitos no mercado para o carvão energético, a reboque do fim dos subsídios, isso provocou queda brusca no movimento tanto da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina como do Porto de Imbituba. A desvinculação da CSN das atividades carboníferas significou a desativação da Carbonífera Próspera, sua subsidiária, fazendo desaparecer muitas centenas de empregos diretos: dados compilados por Goularti Filho (2002) mostram que essa unidade chegou a empregar quase 3.300 trabalhadores no início dos 1980; em 1996, último ano de atividade, o registro era 491.

Esse resultado intensificou, não há dúvida a respeito, o processo de redução drástica (estampado na Figura 3) no volume de emprego na mineração. Provavelmente, os setores industriais que responderam pelo essencial da posterior diversificação da economia regional – cerâmica, vestuário, plástico, alimentos, máquinas e equipamentos – não foram capazes de contrabalançar aquele processo com a absorção dos demitidos. E, haja vista as interações (os “vasos comunicantes”) no seio da economia regional, tudo isso há de ter reverberado em encolhimento da produção, do

faturamento e do volume de empregos em diversas atividades industriais e terciárias que giravam em torno do carvão ou faziam parte da economia carbonífera.

5 Economia política, hegemonia e lutas: Gramsci ilumina o “território do carvão”

O significado do enraizamento e expansão do setor carbonífero no sul de Santa Catarina transcendeu a órbita econômica. Ao longo do tempo, ganharam intensidade reverberações de índole sociocultural traduzidas até em simbolismos aos quais não escapou uma certa roupagem mítica das, conforme repetidamente ressaltado, heroicas práticas subterrâneas de extração. Mais ainda, de uma maneira geral a “experiência carbonífera” refletiu-se na forma de viver de importantes contingentes da região, influenciando inclusive as celebrações de natureza comunitária.

Ganhou vulto e representatividade a imagem de um “território do carvão”, tendo como núcleo principal (e exibindo densas conexões com) a “cidade do carvão” ou a “capital do carvão”, como ficou conhecida Criciúma, o histórico centro de gravidade dessa economia (cf. p. ex., Nascimento, 2004). De fato, “cidade do carvão” ou “capital do carvão” é como esse núcleo urbano é evocado numa das principais narrativas sobre a trajetória local e, por extensão, sobre o espaço regional de sua influência. Teixeira (1996) assimila essa matriz discursiva ao que chama de “ideologia da mineração”, construída *pari passu* com a crescente importância do carvão para a economia. Formas de manifestação e de reforço dessa ideologia incluem a tradicional Festa de Santa Bárbara – padroeira dos mineiros –, cuja primeira edição, segundo Milanez (1991), ocorreu entre o final de novembro e o início de dezembro de 1965 (com missa e desfiles). A exaltação do caráter audaz e corajoso dos mineiros, devido aos perigos da atividade (cf. Carola, 2004), e a formação da identidade social dessa categoria (como destaca Volpato, 2001) permeiam essa ideologia e sua expressão.

Outro discurso sobre a história local, em concorrência com o anterior, refere a Criciúma como “cidade das etnias”. Seu enunciado remete aos grupos que participaram do processo de colonização dessa parte do sul de Santa Catarina e definiram, por assim dizer, o perfil da sociedade local. Segundo Milanez (1991), são cinco as principais etnias em questão (implicando imigrantes ou seus descendentes): italiana, alemã, polonesa, portuguesa e negra, embora o autor também indique alguma presença de espanhóis, árabes, japoneses, letões e teuto-russos. Tinge as manifestações a glorificação do heroísmo dos primeiros ocupantes, pelo enfrentamento de adversidades consideráveis, aspecto que logrou especial visibilidade nos festejos, em 1980, do centenário de Criciúma, celebrado em livro de elaboração coordenada por Arns (1985). Essas festividades levaram à institucionalização de uma festa das etnias na cidade, com o nome de Quermesse.

Ambas as matrizes, complementares e, portanto, isoladamente representativas de indevidas redução e ideologização da história local, segundo Teixeira (1996), representam espaços em que vultos da trajetória da região e da cidade são enaltecidos. A linguagem que sublinha o papel da

mineração, embora englobe as manifestações dos grupos mineiros e tenha entre seus vetores o simbolismo e o imaginário social ligados a esses contingentes, além de aludir à sua própria força como categoria organizada, costuma realçar, antes de tudo, os proprietários das empresas carboníferas. A outra narrativa tem espírito semelhante: pontilham-na alusões a comerciantes e outras categorias de destaque socioeconômico e político, pertencentes aos grupos de colonizadores ou seus descendentes. Num caso como no outro isso se revela, inclusive, em nomes de ruas, praças e outros equipamentos urbanos.

Todavia, no cotejo entre ambas as matrizes, aquela relacionada à “ideologia do carvão”, com seus representantes, defensores e arautos, parece dominante. Com efeito,

[...] por cinco décadas (entre 1930 e 1980, aproximadamente), um pequeno número de famílias e personalidades, em substituição aos antigos coronéis do comércio, passam a exercer um domínio quase absoluto sobre a vida econômica, política e cultural da cidade. Mas não param por aí. Mesmo com o fim do “exclusivismo da mineração”, os antigos donos das minas continuam mais contemporâneos que os mais tradicionais liberais da cidade. (TEIXEIRA, 1996, p. 36).

Assim, falando em termos gerais, não parece equivocado aludir à realidade regional nos termos de um bloco histórico *gramsciano* estruturado em torno do setor carbonífero. Seus integrantes seriam, na camada social (mais) dominante em termos históricos, os empresários da mineração, uma condição que durante muito tempo teria incluído o próprio Estado brasileiro, devido às atividades da subsidiária local da CSN. O estrato dos intelectuais orgânicos, com manifestações abordadas em Monteiro (2017), seria formada por uma miríade de categorias abrangendo quadros políticos, técnicos e funcionários em diferentes esferas, em posições ou cargos nos poderes executivo, legislativo e judiciário; cabe destacar também os professores (universitários ou não) e jornalistas (a imprensa local sempre teve na mineração e em seu entorno um de seus principais focos de atenção), entre outros. Na base social encontram-se os mineiros, com nível de organização – forjado ao longo de décadas – que fez do sul carbonífero, e de Criciúma em particular, um dos mais fortes baluartes do vigor operário na interlocução com a esfera do capital, e não somente em Santa Catarina.

Nesse bloco histórico, a hegemonia da camada dominante foi longamente construída, na medida em que o setor carbonífero se enraizava e se consolidava em termos econômicos, sociais e mesmo culturais. Em discurso intensamente vocalizado e difundido, o carvão era louvado como pedra angular do desenvolvimento local, origem das melhores possibilidades para gerar emprego e renda, além de, por extensão, mola mestra do progresso social. Numa palavra, consolidou-se ótica – em que pese o histórico de atritos na interlocução trabalho-capital – segundo a qual, no tocante ao carvão, o que beneficiava os mineradores também beneficiava os mineiros. Esse entendimento, manifestação da hegemonia protagonizada pelos empresários do carvão, calou fundo em diferentes meios locais, para o que esteve longe de ser estranho o que Teixeira (1996, p. 36-37) destaca como um importante aspecto dessa “ideologia da mineração”, a saber, o

[...] uso ou instrumentalização que tanto os grupos dominantes como lideranças dos dominados fazem da figura do mineiro, seja para constituir o imaginário da cidade, seja para reforçar o corporativismo da categoria ou cimentar seu domínio local ou regional – além de tudo que representa o mineiro para o dono da mina: mercadoria, força de trabalho.

Como assinalado, o território carbonífero sul catarinense, em particular o epicentro representado por Criciúma, ostenta uma longa trajetória de lutas sociais, com períodos de maior e menor intensidade, em defesa das condições locais de trabalho e vida para as famílias mineiras. Os mineiros da região constituem, de fato, enquanto categoria profissional organizada, protagonistas fundamentais nos embates pelo trabalho digno e a adequada reprodução social. Estudos como Goularti Filho e Livramento (2004) aludem ou mesmo analisam aspectos e momentos dessa tradição de embates e reivindicações.

Entretanto, as relações entre os contendores implicados nessas lutas – de um lado, os mineiros, de outro, as mineradoras, basicamente – mostram-se complexas e, em diferentes casos, escapam às interpretações que consideram somente os tradicionais termos da luta de classes. Teixeira (1996, p. 37) não economiza em contundência ao assinalar que se verifica, historicamente, “[...] uma ligação umbilical, às vezes tácita, outras vezes explícita, entre mineiros e mineradores em defesa dos seus interesses comuns e setoriais, isto é, os interesses pelo carvão, pelo que este minério representou (e representa) na vida de uns e de outros [...]”. Pode-se dizer que há, nessas interações, resistência e também submissão ou cooptação junto à camada relativa à base social. Numa palavra, no percurso dessa mineração, é de lutas e alianças que se trata, conforme as circunstâncias específicas.

Expressão de hegemonia da camada dirigente do carvão, articulações desse tipo marcam, com efeito, a trajetória do setor na área. Para Volpato (1984, p. 116), “Um fato a se registrar é que, em certas ocasiões, as greves dos trabalhadores parecem ser insufladas pelos empresários.” A lógica é clara: aumentos de salários dos mineiros, exigidos nas greves, significam elevação dos custos das mineradoras, afetando os preços do minério, que são administrados pelo governo. Em suma, os interesses de mineiros e empresários convergiam nesse caso.

Também se fizeram presentes práticas de um sindicalismo coerente com o exercício da hegemonia da camada dirigente, na qual se brandia – e se convencia a respeito – o interesse pelo carvão como pilar das melhores possibilidades locais. O pano de fundo pode ser assimilado à taxativa formulação de Volpato (2001, p. 148), que encapsula aspecto importante do quadro geral: “Os mineiros não formam [...] um grupo coeso [...]”. Sobre processos envolvendo um sindicato específico em meados dos 1970, assim se expressou a autora em outro trabalho (VOLPATO, 1984, p. 131):

Os variados incidentes ocorridos, os mecanismos utilizados com vistas à manutenção no poder de lideranças pelegas, no sindicato do Rio Maina, desvendam as alianças existentes entre empresários, DRT [Delegacia Regional do Trabalho], sindicato e outros órgãos públicos, todos aliados em torno de objetivos da burguesia [...].

Nas transformações vivenciadas pelo setor carbonífero regional nos anos 1980, lutas intensas marcaram o processo relacionado à decisão da CSN de se afastar das atividades de mineração e passar

à iniciativa privada, como anunciado no primeiro semestre de 1990. Detalhes dos eventos e embates, evidenciando capacidade de resistência e luta dos mineiros, encontram-se em Rabelo (2004). A situação da empresa degradava-se havia anos, e em 1988 e 1989 minas da CSN localizadas em municípios vizinhos de Criciúma foram desativadas, a multiplicação dos desligamentos agravando a situação de centenas de famílias. Fortes reações dos trabalhadores, com ocupação de pátios e instalações, manifestações e passeatas em Criciúma, emergiram e se fortaleceram, em movimento que se prolongou e exacerbou.

É sugestivo que a imprensa de circulação nacional estampasse títulos chamando a atenção para invasões de minas na área (TRABALHADORES, 1991) e para ações tão agudas como o incêndio de caminhões (MINEIROS, 1991). Estava em jogo, no final de 1991, a recontração de trabalhadores demitidos em 1990, quando da extinção das atividades locais da CSN. Na privatização, no início do segundo semestre de 1991, prometera-se que dezenas de mineiros seriam reaproveitados pelo novo proprietário. Contudo, até meados de dezembro daquele ano nada ocorrera, razão pela qual os mineiros radicalizaram, invadindo minas e ateando fogo aos veículos, com ameaças de outras ações.

Esses episódios ilustram atitudes com sentido de confronto, fieis ao espírito das tradicionais lutas entre o trabalho e o capital, quer dizer, embates no marco da interlocução social clássica no capitalismo. Não se tratou, portanto, de articulação de interesses com qualquer dimensão que sugerisse cruzamento das fronteiras de classe, e sim o seu contrário. Mas esse tipo de relação não esgotou os movimentos que se fizeram observar na esteira da crise.

Com efeito, um particular desdobramento da deterioração das condições locais ocorreu alguns anos depois daqueles eventos. Em meados de novembro de 1996, a imprensa catarinense noticiou com destaque graves conflitos em Criciúma entre mineiros (seriam muitas dezenas) e policiais (MACHADO, 1996a). Subjacente à reação dos primeiros estava a decisão dos vereadores do município, em sessão do dia 12 daquele mês, de vetar qualquer alteração em lei ambiental que proibia a mineração nos morros Estevão e Albino. Ambos situavam-se em área legalmente protegida, por serem historicamente espaços de atividades agropecuárias de cunho familiar e tradicional, e possuírem importante patrimônio ambiental, especialmente quanto ao potencial hídrico.

Na imediata reação dos mineiros, ocorreu apedrejamento do Fórum Municipal – “Mineiros depredam fórum”, foi uma manchete em jornal estadual no dia seguinte (MINEIROS, 1996a) – e instalaram-se confrontos que, de tão violentos, foram designados como uma verdadeira “batalha campal” (MACHADO; VIRTUOSO, 1996). Durante quase uma hora, paus, pedras e gás lacrimogêneo marcaram o cenário no centro da cidade; funcionários do Fórum, onde a decisão do legislativo municipal havia sido tomada, ficaram retidos; policiais invadiram a sede do Sindicato dos Mineiros, localizada nas proximidades, e provocaram danos ao buscar refugiados. “A proporção do confronto assustou a todos [...]” (MACHADO. VIRTUOSO, 1996, p. 4), tanto que foram registradas

internações hospitalares. Os acontecimentos ocuparam espaço até na imprensa de circulação nacional (MINEIROS, 1996b) e diversas prisões foram realizadas, o clima de tensão prolongando-se durante algum tempo (CLIMA, 1996). Dias depois, a reboque de uma greve de fome dos presos (NOVE, 1996), deu-se a libertação mediante pagamento de fiança (MINEIROS, 1996c).

É importante contextualizar esses eventos, e pesquisas como Silva (2002), Campos (2003) e Silva (2019) representam auxílio nessa direção. Os morros Estêvão e Albino tinham sido objeto da criação de Área de Proteção Ambiental (APA) pela Lei nº 2.459, de 8 de junho de 1990, em resposta ao pleito de interessados em evitar a mineração. Estes eram, basicamente, agricultores instalados no local, ciosos da preservação dos recursos hídricos e das terras para cultivo. Assinale-se que sua mobilização, que envolveu também outros grupos (como ambientalistas), foi do tipo testemunhado desde o início dos anos 1980 em diferentes municípios da bacia carbonífera, como Siderópolis (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010).

A subsidiária local da CSN detinha a concessão de mineração no local onde depois se criou a APA, e extraiu carvão até maio de 1990 na Mina A e na Mina B (abertas, respectivamente, no final dos anos 1970 e no início dos 1980, em áreas adjacentes à superfície protegida). A privatização transferiu esse direito ao comprador, um investidor local que rebatizou a empresa como Companhia Nova Próspera Mineração S.A. (CNPM). Em maio de 1995, moradores dos morros Estêvão e Albino perceberam marcas de sonda nas proximidades, o que provocou forte inquietação e reuniões inclusive na Câmara de Vereadores. O promotor público convidado recomendou uma ação pública, ao que se seguiu outra grande reunião, da qual resultou comissão de trabalho para levantar os recursos ambientais da APA. O estudo foi entregue ao Centro da Promotoria da Coletividade, e nova mobilização fez a Câmara ampliar, em novembro de 1995 – mediante nova lei –, a superfície da APA de 2.970 para 3.600 hectares, bloqueando quaisquer práticas danosas ao meio ambiente.

A mineração efetuada pela CNPM em local próximo aos morros Estêvão e Albino (logo, à APA) deparou-se com o esgotamento das possibilidades. Isso levou a empresa a manifestar interesse em explorar os morros, onde havia jazida de presença constatada. Para tanto, seria necessário reduzir a área preservada, na indicação da CNPM, de 3.600 hectares para 1.500, sob pena de não poder conservar no emprego os 480 mineiros implicados. O projeto da empresa requeria alteração da lei que ampliara a área da APA, e seu pleito tinha apoiadores: órgãos estaduais de defesa do meio ambiente, instituições nacionais de cunho setorial, políticos em várias esferas jurisdicionais, o – sem surpresa – Sindicato da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina e – também sem surpresa – o Sindicato dos Mineiros. Sobre o apoio do último, vale citar a apreciação segundo a qual os mineiros “[...] foram cooptados pelos donos da mineradora sob alegação de que [...] perderiam o emprego, caso não houvesse permissão para minerar os morros, nutrindo a avidez dos trabalhadores pela luta em defesa da mineradora.” (SILVA, 2019, p. 206). A negativa da alteração da lei

representaria o fim da mineração no município, pois tratava-se da derradeira possibilidade nesse sentido naquela jurisdição (MACHADO, 1996b).

A escalada de atitudes da empresa parecia não deixar dúvidas sobre o que se desenhava como desfecho. A capacidade do município para atuar a respeito do meio ambiente foi por ela questionada judicialmente, mas a decisão fez valer essa prerrogativa e permitiu a manutenção do veto à mineração. A tensão crescia, pois desfiles de tratores e máquinas agrícolas pela cidade expressavam o ponto de vista e a capacidade de manifestação dos contrários à mineração. Por seu turno, como a justiça legitimara a capacidade do município de legislar sobre o assunto, “O Sindicato dos mineiros inicia campanha para [a] derrubada da lei.” (CAMPOS, 2003, p. 143). O Projeto de Lei nº 05/95, encampado por alguns vereadores, contemplava a alteração. A atmosfera mostrou especialmente pesada quando a CNPM anunciou a paralisação das atividades na Mina A, no Morro do Estêvão, em julho de 1996, dando aviso prévio aos 480 mineiros, isto é, demitindo-os.

Um resultado foi a contratação de estudos técnicos independentes pela Câmara dos Vereadores sobre o real significado da exploração de carvão nos morros. Desde o começo do segundo semestre de 1996, várias sessões ocorreram na esfera legislativa, frequentemente com pressões e ameaças manifestadas. Com base nos laudos contratados, emitidos por instituições e pesquisadores diferentes, a Câmara de Vereadores – em reunião várias vezes adiada e que foi transferida para o Fórum por questões de segurança – acabou por rejeitar, em 12 de novembro daquele ano, aquele projeto de lei (por doze votos a oito).

Para o enfoque deste estudo, deve-se sublinhar que, nesse episódio, trabalho e capital “uniram-se” em torno da mineração, o que foi reconhecido em diferentes análises. Campos (2003, p. 143-144) assinalou que “Mineradores e mineiros, que de longa data sempre tiveram um relacionamento difícil, agora estavam juntos. Uns não querendo perder as benesses que o carvão havia lhes fornecido, outros desejando manter seu emprego.” Silva (2002, p. 95) foi mais longe, ao destacar que

O patrão (empresário) dizia estar do lado dos mineiros na luta pela permissão da mineração no subsolo da APA Estêvão/Albino, ao tempo que discursava promessas de cessão de cotas de participação nos lucros e cessão de cotas de propriedade da empresa ao Sindicato dos Mineiros, o que fez alimentar a avidez destes pela luta em defesa da mineradora.

É significativo que, no dia da reunião, “Caminhões e máquinas que pertenciam à Nova Próspera ficaram parados em frente ao Fórum desde as 16h30min.” (MACHADO, 1996a, p. 35). Com efeito, nada menos que “Sete caminhões da Carbonífera Nova Próspera reforçaram a movimentação.” (MINEIROS, 1996a, p. p. A-4). Seria exagerado dizer que, nesse episódio, mineiros e mineradores se aliaram (também) contra o Estado, ao menos contra o Estado na sua dimensão local, à imagem do que tantas vezes se testemunhou em experiências internacionais, conforme tangenciado na terceira parte do artigo? É como se o bloco histórico regional estruturado em torno do carvão, galvanizado por conta de uma “ideologia da mineração” que se entrelaçou com – e pavimentou – o exercício da

hegemonia no seio da camada dirigente local, reagisse ao que considerou como ataque a seus benefícios, ou melhor, àqueles ligados às atividades de um setor exaltado nos discursos e ações como sinônimo das possibilidades socioeconômicas locais.

Tomada pelo “valor de face”, a atitude dos mineiros significou defesa do prolongamento de um tipo de atividade que produziu enorme déficit no patrimônio ambiental e causou doenças que abreviaram a vida profissional ativa em muitos casos. Convivendo com essa realidade, não lhes faltava consciência sobre os problemas derivados do modo como se deu a exploração de carvão na área. Assim, sua conduta na erupção de novembro de 1996 em Criciúma, em articulação com os interesses da mineradora, há de ter sobretudo refletido a expectativa de que o relaxamento das restrições à mineração nos morros Albino e Estêvão representaria empregos por mais algum tempo: a aceitação de uma espécie de *trade off* entre qualidade ambiental e chance de trabalho, implícita na defesa da alteração da lei protetora, não foi senão um sintoma do grau das adversidades presentes na região por conta da crise.

6 Considerações finais

Não se deixou de assinalar, sobre os episódios envolvendo os morros Albino e Estêvão, que tanto a mineradora como os mineiros pareciam considerar praticamente inexorável uma solução favorável ao seu interesse, dada a histórica representatividade do carvão na área. Campos (2003) diz acreditar que as duas esferas, enfeixadas em um mesmo campo naquele caso, teriam apostado no prestígio e enraizamento do que cabe assimilar à “ideologia da mineração”. Ora, o resultado sugere que o apelo ambientalista inoculado na região teria significado alguma fissura no bloco histórico regional caracterizado pela hegemonia da elite do carvão.

É emblemático o acontecimento registrado quando da libertação, com fianças bancadas também por doações, dos mineiros presos na noite de 12 de novembro de 1996. Um testemunho anotado no calor da ocorrência informou que, junto com várias pessoas que os aguardavam, os mineiros libertados caminharam até a praça no centro da cidade que abriga a Estátua do Mineiro, um dos símbolos evocados na narrativa local sobre a importância do carvão. Os mineiros

Levavam um cacho de banana, em alusão à vitória dos agricultores, na sessão da Câmara de Vereadores, uma semana antes. “Criciúma, capital da banana”, gritavam. A região onde fica a mina – e é protegida por lei ambiental, tem grande área de plantação da fruta. Na praça, eles se reuniram por poucos minutos em frente à Estátua do Mineiro. Saíram, mas deixaram o cacho de banana pendurado no monumento. (MINEIROS, 1996c, p. 33).

Não obstante a articulação de interesses entre trabalho e capital no processo que terminou com aquele violento conflito, foi no âmbito do primeiro que reverberou o essencial do ônus: ferimentos, prisões e desemprego. O ato de pendurar bananas na estátua estaria a simbolizar o sepultamento – ou uma interpretação neste sentido – do carvão como protagonista de destaque no desenvolvimento daquela porção do sul de Santa Catarina desde o ocaso do século XX?

Referências

- ALDEN, J. Economic problems facing urban areas in South Wales. *Regional Studies*, v. 11, n. 5, 1977, p. 285-296.
- ARNS, O. (Coord.). *Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1985.
- BAETEN, G.; SWYNGEDOUW, E.; ALBRECHTS, L. Politics, institutions and regional restructuring processes: from managed growth to planned fragmentation in the reconversion of Belgium's last coal mining region. *Regional Studies*, v. 33, n. 3, p. 247-258, 1999.
- BELOLLI, M.; QUADROS, J.; GUIDI, A. *A história do carvão de Santa Catarina*. V. I. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.
- BENKO, G.; DEMAZIÈRE, C. Le développement régional au miroir de la crise des régions d'ancienne tradition industrielle. L'exemple du nord de la France. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Dir.). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p. 451-478.
- BLUESTONE, B.; HARRISON, B. The impact of private desinvestment on workers and their communities. In: PEET, R. (Ed.). *International capitalism and industrial restructuring*. Winchester: Allen & Unwin, 1987, p. 72-104.
- BRASIL. Portaria MINFRA nº 801, de 17 set. 1990. Obtido em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-federal/portarias/portarias-minfra/1990&item=pminfra-801--1990> Acesso em: 07/02/2020.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, século XV-XVIII*. V. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAMPOS, E. C. de. *Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002)*. 2003. 222 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul. Brasília: IPEA, 2000.
- CARNEY, J. Regions in crisis: accumulation, regional problems and crisis formation. In: CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Eds.). *Regions in crisis: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980, p. 28-59.
- CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Eds.). *Regions in crisis: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980.
- CARNEY, J.; HUDSON, R.; IVE, G.; LEWIS, J. Regional underdevelopment in late capitalism: a study of the Northeast of England. In: MASSER, Ian (Ed.). *Theory and practice in regional science*. London: Pion, 1975, p. 11-29.
- CARNEY, J.; LEWIS, J.; HUDSON, R. Coal combines and inter-regional uneven development in the UK. In: MASSEY, D.; BATEY, P. W. J. (Eds.). *Alternative frameworks for analysis*. London: Pion, 1977, p. 52-67.
- CAROLA, C. R. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 11-34.
- CLIMA ainda é tenso em Criciúma após confronto. *O Estado*, p. 7, 14 nov. 1996.

- DAMETTE, F. The regional framework of monopoly exploitation: new problems and trends. In: CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Eds.). *Regions in crisis: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980, p. 76-92.
- DIVISÃO regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- DULONG, R. *Les régions, l'Etat et la société locale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- ECKERT, C. Os homens da mina. *Ciência Hoje*, v. 7, n. 41, p. 36-42, 1988.
- GOETHE, C. A. Diagnóstico ambiental da região carbonífera catarinense. 2º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989, **Anais**, v. 3, p. 62-96.
- GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GOULARTI FILHO, A.; LIVRAMENTO, A. M. A. do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULARTI FILHO, A. (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 75-95.
- GOULARTI FILHO, A. *Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: _____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a, p. 135-165. [1926]
- GRAMSCI, A. Informe sobre o III Congresso (Lyon) do Partido Comunista da Itália. In: _____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, p. 109-134. [1926]
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. [1929-1935]
- HÄUSERMANN, H.; KRÄMER-BADONI, T. The change of regional inequality in the Federal Republic of Germany. In: GOTTDIENER, M.; KOMNINOS, N. (Eds.). *Capitalist development and crisis theory: accumulation, regulation and spatial restructuring*. London: Macmillan, 1989, p. 331-347.
- HUDSON, R. Restructurer la région, restructurer l'État: le cas de l'Angleterre du Nord-Est. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Dirs.). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p. 391-422.
- HUDSON, R.; SADLER, D. Contesting works closures in Western Europe's old industrial regions: defending place or betraying class? In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Eds.). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 172-193.
- KOMNINOS, N. From national to local: the Janus face of crisis. In: GOTTDIENER, M.; KOMNINOS, N. (Eds.). *Capitalist development and crisis theory: accumulation, regulation and spatial restructuring*. London: Macmillan, 1989, p. 348-364.
- LIPIETZ, A. Sur la question régionale em France. *Recherches Economiques et Sociales*, n. 11, [S.p.], 1978.
- LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. 2.ed.Paris: Maspero, 1983.
- LIPIETZ, A. Gramsci et la Bretagne. *Politis*, n. 1285, p.1-3, 12 janvier 2014.
- LISTA de mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina. Wikipédia, [S.d.]. Obtido em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Santa_Catarina#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Micro_Criciuma.svg Acesso em: 24/01/2020.

- LOVERING, J. The theory of the “internal colony” and the political economy of Wales. *The Review of Radical Political Economics*, v. 10, n. 3, p. 55-67, 1978.
- MACHADO, A. Confronto entre polícia e mineiros. *Diário Catarinense*, p. 35, 13 nov. 1996a.
- MACHADO, A. O fim da última mina de Criciúma. *Diário Catarinense*, p. 38, 17 nov. 1996b.
- MACHADO, A.; VIRTUOSO, Z. Cidade conta prejuízos após a batalha campal. *Diário Catarinense*, p. 4-5, 14 nov. 1996.
- MADDISON, A. S. *Phases of capitalist development*. New York: Oxford University Press, 1982.
- MANDEL, E. The dialectic of class and region in Belgium. *New Left Review*, n. 20, p. 5-31, 1963.
- MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. B. (Eds.). *The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Guildford: Clarendon Press, 1991.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, n. 2, p. 61-99, 1981.
- MILANEZ, P. *Fundamentos históricos de Criciúma*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1991.
- MINEIROS põem fogo em três caminhões de empresa em SC. *Folha de S. Paulo*, p. 1-4, 17 dez. 1991.
- MINEIROS depredam fórum. *A Notícia*, p. A-4, 13 nov. 1996a.
- MINEIROS e policiais se confrontam em SC. *Folha de S. Paulo*, p. 2-11, 14 nov. 1996b.
- MINEIROS libertados após fiança. *Diário Catarinense*, p. 33, 20 nov. 1996c.
- MONTEIRO, R. de A. “Com quantos pobres se faz 1 rico?”: modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. 2017. 219 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NASCIMENTO, D. do. A produção histórica e cultural da região carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. In: GOULARTI FILHO, A. (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 49-61.
- NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M.A.A. Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 65-82, 2010.
- NOVE mineiros presos fazem greve de fome. *Diário Catarinense*, p. 34, 19 nov. 1996.
- PEET, R. The geography of class struggle and the relocation of United States manufacturing. In: _____ (Ed.). *International capitalism and industrial restructuring*. Winchester: Allen & Unwin, 1987, p. 40-71.
- PERLOFF, H.; WINGO JR., L. Natural resource endowment and regional economic growth. In: FRIEDMANN, J.; ALONSO, W. (Eds.). *Regional policy: readings in theory and applications*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1975, p. 307-331.
- PLANO de Operações do Projeto Litoral-Sul de Santa Catarina. Porto Alegre: SUDESUL, 1973.
- RABELO, G. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: GOULARTI FILHO, A. (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 293-318.
- REES, G. Uneven development, state intervention and the generation of inequality: the case of industrial South Wales. In: REES, G.; REES, T. L. (Eds.). *Poverty and social inequality in Wales*. London: Croom Helm, 1980, 185-205.

- SANTA CATARINA. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.
- SANTOS, M. A. *Crescimento e crise da região sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997.
- SANTOS, M. A. Os mineiros em Santa Catarina: emprego, salários, relação capital x trabalho e produtividade da mão-de-obra (1980-1999). *História Econômica & História de Empresas*, v. VIII, n. 2, p. 91-121, 2005.
- SILVA, F. J. B. *Conflitos de uso em área de proteção ambiental: água, mineração e agricultura*. 2002. 167 f. Tese (Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- SILVA, M. J. A. *Indústria carvoeira e degradação: decrescimento como perspectiva de superação da problemática socioambiental no sul catarinense*. 2019. 298 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SINDICATO da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (SIECESC). *Carvão mineral - dados estatísticos - Ano: 2000*. Criciúma: SIECESC, 2001?. Obtido em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos Acesso em: 23/01/2020.
- SINDICATO da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (SIECESC). *Carvão mineral - dados estatísticos - Ano: 2011*. Criciúma: SIECESC, 2012?. Obtido em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos Acesso em: 23/01/2020.
- SINDICATO da Indústria da Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina (SIECESC). *Carvão mineral - dados estatísticos - Ano: 2018*. Criciúma: SIECESC, 2019?. Obtido em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos Acesso em: 23/01/2020.
- SPOONER, D. *Mining and regional development*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
- SWYNGEDOUW, E. La reconversion du bassin minier belge et la restructuration de l'État: la démocratie postfordiste déficitaire. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Dirs.). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p. 423-450.
- TEIXEIRA, J. P. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996.
- TRABALHADORES da CSN invadem minas no Sul. *Folha de S. Paulo*, p. 3-7, 13 ago. 1991.
- VOLPATO, T. G. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ALESC, 1984.
- VOLPATO, T.G. *Vidas marcadas: trabalhadores do carvão*. Tubarão: Editora Unisul, 2001.
- WEBBER, M. J. Regional production and the production of regions: the case of Steeltown. In: SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Eds.). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalismo*. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p.197-224.